

Abolicionismos e imprensa na Corte e em Ouro Preto na última década da escravidão (1880-1888)

Luiz Gustavo Santos Cota

Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF

Bolsista de doutorado do CNPq-Brasil

lgscota@yahoo.com.br

Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos

Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF

vasconcelosritadecassia@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo tem como principal objetivo um breve exame dos usos da imprensa como arma contra a escravidão por parte de militantes abolicionistas na década de 1880. Em um cenário conturbado e deveras complexo, a imprensa teve um papel central dentro da campanha abolicionista, constituindo-se como um dos principais “palanques” utilizados por aqueles que desejavam o fim da escravidão, fosse gradual ou imediata e sem indenização. Intentamos nesse texto identificar como os abolicionistas que atuaram no Rio de Janeiro, a Corte Imperial, e seus “colegas” da antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, utilizaram a imprensa como porta-voz de seus reclames pela abolição, analisando a forma como construíram sua prática discursiva, além dos embates travados entre eles mesmos nas páginas dos jornais.

Palavras-chaves: Abolicionismos, imprensa, retórica.

Abstract:

The present article has as main objective a brief exam of the uses of the press as weapon against the slavery on the part of abolitionist militants in the decade of 1880. In a disturbed scenery and really complex, the press had a central paper inside of the abolitionist campaign, being constituted as one of the main “stands” used by those that wanted the end of the slavery, it was gradual or immediate and without compensation. We attempted in that text to identify as the abolitionists that acted in Rio de Janeiro, the Imperial Cut, and their “friends” of the old capital of Minas Gerais, Ouro Preto, they used the press as spokesperson of their advertisements for the abolition, analyzing the form how they built his/her discursive practice, besides the collisions locked among them same in the pages of the newspapers.

Keywords: Abolitionism, presses, rhetorical.

Introdução

A década de 1880 representa para a história do Brasil um período de importantes mudanças na sua organização sócio-política, com a abolição do trabalho escravo e a instalação da república federativa. Entretanto, tais mudanças não alcançaram uma transformação em nível estrutural com a ampliação da cidadania e redistribuição da propriedade rural.

Neste cenário muitos foram os personagens, os objetivos, as idéias. Cada um protagonizando a sua história dentro das possibilidades existentes no arranjo social em que estava inserido, e, ao mesmo tempo, articulando com outros indivíduos e grupos na defesa de interesses em comum. As personagens que nos guiarão, nos últimos anos de vigência da escravidão em terras brasileiras serão os militantes abolicionistas que utilizaram a imprensa como um de seus principais “palanques” na discussão da chamada questão servil. Situados em lugares diferentes, em Ouro Preto e na Corte, nossas personagens empreenderam um importante papel na

divulgação dos ideais que pregavam o fim da escravidão no Brasil, fosse de forma lenta e indenizada ou imediata sem qualquer tipo de reparação aos senhores escravistas.

Foi durante a década de 1880 que a luta pela abolição alcançou seu auge ganhando contornos praticamente irreversíveis. Segundo Maria Tereza Chaves Mello, em seu *A República consentida*, aquela que foi a última década da escravidão começou e terminou com tensão, marcada, consecutivamente, pela Revolta do Vintém, pela campanha abolicionista e pela confusa Proclamação da República. Nesse contexto, a rua começava adquirir o significado de espaço privilegiado da contestação política e social, sobretudo com o crescimento dos *meetings*, das conferências com os mais floreados discursos, além das peças teatrais e as inúmeras festas de conteúdo antiescravista com seus multifacetados convivas. “A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *lôcus* do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano [e abolicionista]”.¹

¹ MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. Ed. da UFRJ (Eduer), 2007, p. 29.

Assim, o discurso abolicionista começava extrapolar as paredes dos salões imperiais chegando com toda força também à imprensa que se apresentou como um dos *loci* privilegiados do debate político e social em torno da abolição. Os jornais serviram de palco para que a ação dos diversos atores sociais envolvidos no processo histórico que levou ao fim da escravidão fosse visualizada em suas variadas formas, contudo, o prosclínio se estendia também para fora suas páginas. Além da imprensa outras “frentes de combate” passaram a ser utilizadas pelos abolicionistas.

A *British and Foreign Anti-slavery Society*, cuja ação foi decisiva na luta contra a escravidão no “velho mundo”,² serviu de inspiração para que figuras como Joaquim Nabuco, André Rebouças, João Clapp, José do Patrocínio, entre outros, criassem, em setembro de 1880, a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, cuja missão era convencer a população da necessidade da abolição. A principal ferramenta de trabalho da Sociedade era a propaganda feita através do *O Abolicionista*, órgão de imprensa oficial da entidade, fundado em novembro daquele mesmo ano.³ Segundo José Murilo de Carvalho,

Do ponto de vista da propaganda, a iniciativa mais importante de 1880 foi o início das Conferências Abolicionistas organizadas pelos mesmos lutadores da Sociedade. Não era ainda a rua, mas eram os teatros do Rio que se tornavam arena de luta, ampliando e democratizando o que até então se passava dentro do limitado espaço das Câmaras.⁴

Os teatros e salões de baile abriram suas portas para os *meetings*, saraus lítero-musicais, peças teatrais e demais atividades organizadas pelos clubes abolicionistas que se espalharam por vários pontos do Império. Mas foi a partir da fundação da *Confederação Abolicionista* em 1883, tendo à frente José do Patrocínio, André Rebouças e João Clapp, que o movimento de fato ganhou um novo fôlego, congregando em pouco tempo de funcionamento 17 sociedades abolicionistas da Corte e de outras plagas do Império. A partir daí “a onda da abolição crescia diluvialmente, ameaçando tudo, prestes a engolir a senzala e o trono”, saindo dos salões e ganhando as ruas onde os discursos bem floreados ganharam muitas vezes um tom mais quente, recebendo interpretações muito variadas. O palco estava descortinado e pronto para assistir ao desenrolar de uma multiplicidade de falas e ações.⁵

A preocupação com a preservação da ordem pública, da economia e da hierarquia social sem dúvida marcou forte presença no discurso de muitos dos militantes da abolição, porém, mesmo esta faceta, a de um abolicionismo de brancos

preocupados em resolver seus próprios problemas,⁶ se viu às voltas com algo novo logo que chegou à rua. Nas palavras de Maria Helena Machado ocorreu nesse instante,

uma complexa interação de projetos e atuações diversas que, ao atingir extratos sociais perigosamente instáveis, colocou em curso uma atuação política muito menos comprometida com os cânones do liberalismo, do imperialismo e do racismo científico do que até o momento se tem admitido.⁷

É evidente que muitos dos que se auto-intitulavam “arautos da liberdade” se encerraram nos salões imperiais e temiam, por exemplo, as conseqüências do contato com os cativos e demais membros do “populacho”. Entretanto, pesquisas como as desenvolvidas por Maria Helena Machado e Eduardo Silva, vem demonstrando que o movimento abolicionista ganhou novos rumos na medida em que ganhava as ruas e se aproximava da população, proporcionando a construção de projetos e atuações muito diversas.⁸

Matizando a ação abolicionista em São Paulo, nos anos finais do regime escravista, Maria Helena Machado percebeu as interações entre a chamada “*arraia miúda*” e os vários grupos abolicionistas, tendo como resultado a mescla de idéias de natureza bem diversa. Império a fora, os discursos estampados nos jornais ou pronunciados nos *meetings* e demais manifestações de rua organizadas pelos abolicionistas, chamavam a atenção dos setores populares dos centros citadinos, que mesmo de forma turbulenta e desorganizada, sentiam-se atraídos pelas palavras que ecoavam pelas ruas.⁹

Pelas discussões até aqui sumariamente levantadas, podemos ter uma dimensão da importância e riqueza do período abordado (a década de 1880), principalmente no que diz respeito às transformações políticas e sociais que nela se desenrolaram. O que aqui procuramos examinar é exatamente a forma como a imprensa daquele fim do oitocentos colaborou para a construção desse conturbado e complexo cenário, sobretudo no que diz respeito à luta pelo fim do que muitos dos atores sociais daquele tempo chamavam de “cancro roedor da nação”. Falando mais claramente, intentamos identificar como os abolicionistas da Corte, o centro do poder Imperial, e seus “colegas” da antiga capital de Minas Gerais, a fria Ouro Preto, utilizaram a imprensa como porta-voz de seus reclames pela abolição. Dessa forma, acabamos por dividir este trabalho em duas partes: na primeira analisaremos o lugar de fala dos abolicionistas - a imprensa - e no, segundo momento, quais as estratégias adotadas pelos abolicionistas cariocas e ouropretanos para transformar a imprensa em uma verdadeira arma na luta pelo fim da escravidão. É evidente que a realidade das duas cidades

² CARVALHO, José Murilo. *Escravidão e Razão Nacional*. In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp.36-37.

³ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp.172-173.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. Introdução: Com o coração nos lábios. In: PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Introdução: José Murilo de Carvalho; notas: Marcus Venício T. Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996, p.11.

⁵ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editor UFRJ, EDUSP, 1994.

⁶ Este tipo de interpretação, do abolicionismo como um bloco ideológico homogêneo, cujo único objetivo era garantir à elite imperial uma transição segura para o capitalismo que preservasse a hierarquia social, está presente, sobretudo, nas obras de autores ligados à chamada “Escola Paulista”: IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 volumes, terceira edição. São Paulo: Ática, 1978.

⁷ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, p.146.

⁸ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SANTOS, Cláudia Andrade dos. *Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuismo?* In: REIS FILHO, Daniel Aarão (organizador). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

⁹ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, p.148.

abordadas neste trabalho é completamente distinta. Nos dizeres do alemão Carl Von Kozeritz, “o Rio de Janeiro é o Brasil!”. Não há como negar que a Corte, com seus salões, teatros e cafés, além de todo o “aparato político” próprio da capital de um país; era o “centro nervoso” de todo Império. Com a chegada da família real portuguesa em 1808, o Rio de Janeiro foi quem primeiro assistiu à instalação efetiva da imprensa no Brasil, com a criação da Imprensa Régia naquele mesmo ano.¹⁰ Já na década de 1880, a Corte se constituiu ainda como ponto central do movimento abolicionista que inundou os jornais ali editados com seus argumentos contra a escravidão.¹¹

Se Ouro Preto não carregava o mesmo *status* de centro do Brasil como o Rio de Janeiro, a antiga Vila Rica era a capital da província com o maior número de escravos durante todo o século XIX.¹² A imprensa deu seus primeiros passos na capital mineira apenas em 1823 com a criação do fugaz *O Compilador Mineiro*, primeiro jornal editado em Minas, na oficina tipográfica criada em Ouro Preto por Manuel José Barbosa, tendo circulado até janeiro de 1824.¹³ Ao longo do oitocentos a capital acabou por concentrar o maior número de periódicos publicados em Minas Gerais, tendo sido editados ali 163 jornais entre 1823 (ano de surgimento do *Compilador Mineiro*) e 1897 (data da transferência da capital para a recém-criada Belo Horizonte), ponto de maior concentração de periódicos em toda província.¹⁴ Entretanto, ao contrário do que ocorre em relação à Corte, o abolicionismo ainda é um tema pouco prestigiado pela historiografia mineira. A própria existência de jornais exclusivamente dedicados à campanha abolicionista em Minas Gerais era até a pouco tempo um fato negligenciado, o que colaborou, em grande medida, para a formulação de interpretações historiográficas que afirmavam que a referida província assistiu à organização de um abolicionismo tão somente moderado e exclusivamente ligado aos interesses das elites oitocentistas.¹⁵ Entretanto, como tentamos demonstrar nesse artigo, o abolicionismo não se apresentou como um movimento heterogêneo e complexo apenas na Corte, mas também entre as montanhas mineiras.

Uma arma contra a escravidão: a imprensa

A imprensa é uma importante fonte de trabalho para o historiador e permite ampla possibilidade de temática de acordo com a metodologia escolhida. A análise pode partir do texto (estrutura, editorial, retórica) ou do contexto (conjuntura política, econômica e social de uma sociedade em determinado tempo). Outrossim, ainda é possível a junção das duas perspectivas, texto e contexto, o que torna o diálogo entre o historiador e a fonte mais enriquecedor.

Examinaremos os jornais com a preocupação em relacionar o texto com o contexto, por considerarmos a estruturação do texto resultado

de escolhas e influências fornecidas pela conjuntura específica na qual foi produzido, sendo assim a matéria-prima para o texto midiático. Não obstante, cabe ainda ressaltar que as notícias não são informações fidedignas dos acontecimentos e nem o jornalismo uma ação deslocada da realidade, que observa a tudo completamente imune ao que se passa na sociedade. Identificamos o jornalismo como uma “prática social – realizada em condições de produção específicas – [que] capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e nomeando situação e sentimentos do presente”.¹⁶

Como explica o historiador norte-americano Robert Darnton, ao nos depararmos com as notícias estampadas em um jornal não travamos contato com a descrição dos fatos da forma como ocorreram, mas sim com uma interpretação de alguém sobre o ocorrido.¹⁷ Entretanto, mesmo estando longe de ser um espelho da realidade, as palavras impressas nos jornais nos permitem uma aproximação com um determinado contexto histórico, com os argumentos que alimentavam as discussões mais candentes, das principais polêmicas ventiladas pela imprensa como *locus* privilegiado na formação da opinião pública.

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quando desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento, no dizer de Robert Darnton e Daniel Roche.¹⁸

A imprensa se apresentou como um dos mais eficazes instrumentos de propagação de idéias e leituras particulares sobre a realidade, com variadas finalidades, fosse como mecanismo de salvaguarda do *stablishment* ou, ao contrário, como arma contra ele, a exemplo do que ocorreu na França revolucionária.¹⁹ Na década de 1880, a imprensa adquiriu papel de destaque na resignificação política adquirida pela rua. A Corte, por exemplo, é marcada pela ação de diversos jornais abolicionistas como o *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Estes jornais tiveram em comum a participação do jornalista José do Patrocínio, seja como jornalista, editor ou mesmo proprietário.

A eloquência era utilizada com maestria por articulistas como José do Patrocínio, que inundavam as páginas dos jornais com argumentos cuja finalidade era “sensibilizar os oponentes eventuais e acidentais para a justiça de suas propostas sobre o fim do cativeiro”.²⁰ Para outro importante propagandista da abolição, Joaquim Nabuco, convencer a opinião pública da real necessidade de se abolir a escravidão era algo mais que urgente, pois dessa forma os focos de

¹⁰ MACHADO, Humberto. Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia C. P. de Brito (org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p.244.

¹¹ Sobre o desenvolvimento do abolicionismo na cidade do Rio de Janeiro veja, entre outros: MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP mimeo, 1991; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

¹² A respeito dos debates acerca do vigor da escravidão em Minas Gerais ao longo século XIX consulte: MARTINS, Roberto Borges. *Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, vol. 13, nº 1, jan.-abr. 1983; SLENES, Robert W. *Os Múltiplos Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.18, nº 3, 1988, p.449-495; LIBBY, Douglas Cole. *A Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. São Paulo: Editora Annablume, 2002.

¹³ BARATA, Alexandre Mansur; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008, p.47.

¹⁴ VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 3, p. 119-249, jan./mar., 1898.

¹⁵ Nesse ponto nos referimos especificamente aos trabalhos de Olliam José e Liana Maria Reis; JOSÉ, Olliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962; REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/88*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993. Uma visão alternativa pode ser encontrada da em: COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

¹⁶ BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p.283.

¹⁷ DARNTON, Roberto. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.16.

¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006, p.10.

¹⁹ DARNTON, Roberto. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*, p.16.

²⁰ MACHADO, Humberto. Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil, p.250.

resistência à campanha pela abolição poderiam ser mais facilmente neutralizados, além de influenciar as ações do próprio governo imperial a favor da liberdade.²¹

Essas estratégias são especialmente interessantes para compreendermos o jogo retórico que existia na imprensa brasileira da segunda metade do século XIX, época em que “os letrados lutavam por suas idéias e grupos, pela sobrevivência ou morte na cena da literatura e do jornalismo”.²² A retórica como arte do convencimento, como entendia Aristóteles, se apresenta como um jogo onde o conhecimento prévio e domínio do “auditório” ao qual eram dirigidas as palavras, além, claro, da autoridade embutida no autor, eram de vital importância. Como afirma José Murilo de Carvalho, “auditórios diferentes exigem argumentos e estilos diferentes. Cada auditório terá seus valores, cada época terá seus auditórios”.²³ Funciona quase como um jogo de xadrez, onde cada movimento é cuidadosamente estudado a fim de ganhar terreno no “campo” do adversário, que, obviamente, responderá de sua parte, defendendo ou atacando.

Nos anos imediatamente posteriores à independência, momento em que a ainda incipiente e efêmera imprensa brasileira se viu livre da dura vigilância da censura portuguesa, as estratégias utilizadas no jogo retórico eram ainda mais claras e violentas. Os panfletos e os jornais publicados na década de 1820 apresentavam verdadeiras guerras de autores que “cuspiam marimbondos”, onde a regra era a utilização do *argumentum ad personam*, ou seja, a desqualificação direta do adversário, sua completa desmoralização.

Apesar de aparentar algo muito pouco civilizado, José Murilo de Carvalho nos esclarece que mesmo a agressão pessoal e direta fazia parte de um estilo específico de argumentação fundado na concepção retórica proveniente da reforma pombalina operada no ensino das universidades portuguesas, onde era “clara a exigência de virtude do orador como garantia da capacidade suasória do argumento. No gênero retórico deliberativo, sobretudo, que é o que se aplica ao debate político, não se pode dizer ‘façam o que eu digo, não o que eu faço’”.²⁴

Voltando a pensar no contexto da segunda metade do século XIX, podemos elucidar que imprensa estaria no centro da disputa daquilo que Pierre Bourdieu chamou de poder simbólico, ou seja, a capacidade que determinado grupo social tem de criar, gerenciar e alimentar um sistema simbólico cujo objetivo é a legitimação de idéias ou mesmo do poder constituído. Os jornais teriam um papel central na construção dos sistemas simbólicos, entendidos como instrumentos de conhecimento e comunicação responsáveis pela legitimação da dominação existente. Dessa forma,

os jornais auxiliariam o processo de naturalização e dissimulação do poder simbólico de forma que ele se torne imperceptível àqueles a ele submetidos, algo essencial, já que o poder simbólico só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles sujeitos a ele, além dos que o exercem.²⁵

Um exemplo de abolicionismo na Corte

Para exemplificarmos a ação abolicionista na Corte tomaremos o jornal *Cidade do Rio* lançado por José do Patrocínio em 28 de setembro de 1887, data em que se comemoravam os 15 anos da assinatura da Lei do Ventre Livre. O que torna o *Cidade do Rio* peculiar? Qual a característica da narrativa de Patrocínio? A peculiaridade deste jornal está no seu editorial, criado para expor e defender o ideal político e social do seu proprietário e editor José do Patrocínio. O combate à escravidão permeava toda a estrutura do jornal, era o artigo de fundo, motivava a transcrição de notícias publicadas em outros jornais, e também, por coerência de princípios, no setor reservado aos anúncios não eram publicadas referências à negociação ou mesmo às fugas de escravos. Era um jornal abolicionista.

A *Cidade do Rio* era folha vespertina. Sempre foi. O trabalho começava nas oficinas às sete; na redação, às oito. Às duas e meia da tarde, o jornal estava na rua. Havia uma corrida permanente entre a *Cidade do Rio* e a *Notícia*, a ver qual a primeira a sair, envolta no berro agudo dos garotos vendedores, para apanhar os níqueis dos primeiros fregueses. Mas não podia sair antes das duas e meia, porque só às duas corria a loteria.²⁶

Para Patrocínio a abolição era necessária para se alcançar, no Brasil, a modernização e a civilização a exemplo dos países europeus, onde a “França exercia um fascínio sobre boa parte da intelectualidade brasileira, especialmente Patrocínio que a considerava o ‘berço’ da ‘civilização’”.²⁷ O objetivo da sua campanha era justamente promover o rompimento com o atraso, representado pela escravidão. E o momento da transformação social era aquele em que vivia, e o governo não deveria desperdiçá-lo, pois a abolição era, atualmente, um dos símbolos do grau de desenvolvimento da humanidade.

O *Cidade do Rio* contava com jornalistas de peso, tendo à frente da gerência Serpa Júnior, e colaboradores como Luís Murat, Coelho Neto, Olavo Bilac, Paula Nei. Patrocínio e seus colaboradores utilizavam muitas vezes a emoção para elaborar suas narrativas jornalísticas, além de uma linguagem extremamente violenta em relação à escravidão e aos senhores escravistas, sempre que preciso. Os intelectuais/políticos conheciam bem as práticas da retórica e as utilizavam habilmente em seus jornais, e com Patrocínio,

21 MACHADO, Humberto. Joaquim Nabuco: Paternalismo e Reformismo na Campanha Abolicionista. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.161, n. 406, jan./mar. 2000, pp.46-47.

22 VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polémicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.13.

23 CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi-Revista de História*, 1 (2000), p.138.

24 CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura, p.140.

25 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p.08.

26 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996, p. 311.

27 MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Leopoldo, 2007.

naturalmente, não foi diferente. Uma das características da retórica é a relação estreita entre o argumento e o orador. “A autoridade do último (pela competência, prestígio, honestidade) é elemento importante de convicção”,²⁸ dessa forma, desqualificar moralmente o adversário era consequentemente desqualificar seus argumentos.

Patrocínio se envolveu em diversos conflitos, por conta de sua pela abolição imediata e sem indenização, que tomou impulso definitivo nos anos de 1880. Para um panorama geral podemos citar sua querela com Apulcro de Castro²⁹, dono do jornal *Corsário*, motivada por questões políticas divergentes. Apulcro era republicano ferrenho e quanto ao abolicionismo sua ação era dúbia. Criticava claramente Patrocínio, chamando-o de “Preto-Cínico”,³⁰ de aproveitador e irresponsável por impulsionar a campanha abolicionista sem que o país estivesse preparado para as mudanças por ela suscitadas.

O proprietário do *Cidade do Rio* também atacou duramente o Barão de Cotegipe, cujo gabinete era qualificado como imprudente, monstruoso e a serviço da escravidão, trabalhando, portanto, para subjugar os homens de cor e a nação inteira aos interesses inescrupulosos dos escravistas. Cotegipe ao assumir o gabinete de Ministros, em agosto de 1885, dissolveu a Câmara dos deputados da Corte, marcando novas eleições a fim de aumentar a bancada conservadora, além de retirar de diversos cargos do funcionalismo público aqueles que simpatizavam com a causa da abolição.³¹ Cotegipe argumentava que havia “uma lei, que é dever do governo executar; ela reconhece a propriedade sobre escravos, e enquanto vigorar tem essa propriedade de ser garantida, como a de qualquer outra espécie”.³² Por sua vez, Patrocínio respondia aos argumentos do barão disparando:

Já em 1835 era possível adivinhar o Sr. Barão de Cotegipe a fazer tilintar a bolsa da polícia secreta para comprar os mercenários das milícias da pirataria e assalariar delatores e testemunhas falsas. Desde então sente-se na terra esse cruor fratricida que empesta a atmosfera nacional, e ainda agora acaba de ser renovado em S. Paulo e em Campos. A escravidão foi desde então o único pensamento governamental do Império.³³

O momento chave para o encaminhamento da abolição pelas vias legais foi a substituição de Cotegipe por João Alfredo no cargo de presidente do Conselho, o que irá provocar de um lado a aproximação de Patrocínio com a Princesa Isabel, e, por outro, a separação daquele com os republicanos. As posições políticas (republicanos e monarquistas) e sociais (escravistas e abolicionistas) tomavam diferentes rumos ao longo da década de 1880. Se antes os republicanos desejavam certo distanciamento em relação à causa abolicionista, principalmente diante de adesões cada vez mais frequentes de fazendeiros escravistas às fileiras de seu partido, já em 1887 com o cenário favorável a abolição ocorre uma aproximação das duas causas. A expressão dessa nova articulação política tem à frente Quintino Bocaiúva no jornal *O País* e

Aristides Lobo no *Gazeta Nacional*.³⁴

O republicano Bocaiúva buscou apoio junto à Confederação Abolicionista para a sua candidatura a deputado da Corte. A Confederação, por sua vez (e por ironia do destino) era quem naquele momento desejava afastamento do Partido Republicano ao conjecturar momento propício à realização da abolição imediata e sem indenização dirigida pela Regente Princesa Isabel e pelo novo Gabinete liderado por João Alfredo. Decidindo, então, apoiar a candidatura do conservador Ferreira Viana,

A confederação Abolicionista entendeu que o momento não era nem do Partido Conservador, nem do Partido Liberal, nem do Partido Republicano; era dos escravos; e, cumprindo o seu dever, esforçou-se por afastar das urnas toda a idéia que pudesse perturbar o triunfo claro, e praticamente provado, do abolicionismo. [...] A Confederação Abolicionista, [...] lamentou sinceramente não poder cooperar para a vitória de Quintino Bocaiúva, que ela conta no número de seus beneméritos. Mas antes de tudo, era preciso salvar os princípios e por isso os abolicionistas sacrificaram o coração.³⁵

Para Patrocínio as questões partidárias deveriam ser colocadas de lado em prol da causa da liberdade. Assim, defendeu em seus artigos o(s) grupo(s) / pessoa(s) que fosse(m) a favor da abolição, não importava se era do Partido Conservador ou Liberal, monarquista ou republicano. E é justamente essa prática do jornalista que irá provocar uma importante cisão com os republicanos nos momentos finais da concretização da abolição com a Lei Áurea ao se aproximar da Monarquia simbolizada pela Princesa Isabel.

Jornais abolicionistas ouropretanos

A cidade de Ouro Preto não fugiu muito à regra do que acontecia em outros pontos do Império. Foram fundadas na capital cinco sociedades abolicionistas: a Sociedade Abolicionista Ouropretana (1881), o Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco e a Sociedade Libertadora Mineira (ambas em 1883), o Clube de Libertos Viscondessa do Rio Novo (1884), e por fim a Sociedade Libertadora Ouropretana, fundada no ano de 1886. Todas essas entidades manifestaram suas ações através dos jornais da capital, anunciando a aprovação de seus estatutos, suas reuniões, além, é claro, das libertações de escravos. Ouro Preto assistiu também a criação de pelo menos três jornais dedicados à causa da abolição: *O Trabalho: periódico literário, instrutivo e abolicionista* (1883), *A Vela do Jangadeiro – periódico abolicionista* (1884) e *Ordem e Progresso – órgão do Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco* (1884).³⁶

É exatamente nas páginas desses periódicos que a heterogeneidade do movimento abolicionista salta aos olhos de forma bem clara. Enquanto os festivais promovidos pelas sociedades da capital eram regados a peças musicais habilmente

28 CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura, p. 137.

29 O jornal *Corsário* e seu proprietário, Apulcro de Castro, foram temas de monografia e dissertação defendidas por Rodrigo Cardoso Soares de Araújo no PPGHIS – UFRJ: ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *O polêmico Corsário: um pasquim da Corte Imperial (1880-1883)*. Monografia. Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo, 2006.

30 ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares. *O polêmico Corsário: um pasquim da Corte Imperial (1880-1883)*, p. 23-24.

31 Raimundo Magalhães Júnior cita, em seu trabalho, pessoas que perderam cargos públicos como punição por defenderem a abolição: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Ed. Sábina, 1969, pp. 200-203.

32 MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, p. 204.

33 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1887. Biblioteca Nacional.

34 PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*.

35 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1888. Biblioteca Nacional.

36 COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*, pp.63-131.

executadas pelas senhoras e mocinhas mais distintas da “tradicional família mineira”, para outros personagens que por ali circulavam o certo mesmo era auxiliar diretamente as vítimas de um roubo chamado escravidão a conseguirem de volta sua sagrada liberdade.

Infelizmente pouco restou desses periódicos. Dos três jornais foram encontradas apenas algumas edições do *O Trabalho* e do *A Vela do Jangadeiro*. Do primeiro periódico restou somente a edição número 05, datada de 23 de fevereiro de 1883, localizada na Biblioteca Nacional. Já do *A Vela do Jangadeiro* foram encontradas duas edições depositadas na Biblioteca Nacional (nº07 de 13 de julho e nº10 de 24 de agosto de 1884) e outras duas encontram-se disponíveis no banco de dados do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, na Coleção de Jornais Mineiros do século XIX (nº11 de 07 de setembro e nº18 de 31 de dezembro de 1884). Não foi encontrada nenhuma edição do *Ordem e Progresso*, no entanto, uma nota publicada no *A Província de Minas* noticiou a fundação do órgão de imprensa do clube *Abolicionista Mineiro Rio Branco*, tendo sido editado pela primeira vez no dia 21 de abril de 1884, possuindo como redator chefe o presidente do clube abolicionista, o engenheiro Chrockatt de Sá.³⁷ A nota informava ainda que a publicação do jornal seria quinzenal, entretanto, nenhuma outra referência à sua circulação foi veiculada por parte da imprensa ouropretana.

Ao saudar os novos colegas de imprensa, o redator e proprietário do jornal conservador *A Província de Minas*, José Pedro Xavier da Veiga, em meio aos encômios rendidos pela iniciativa, aproveitava para lhes enviar um recado: o problema da escravidão deveria ser resolvido com sabedoria e patriotismo, “sem que a lei e a ordem social fossem atacadas”. Para ele, os novos periódicos deveriam lutar pela abolição sim, mas com a devida prudência.

O Trabalho

Com este título, começou anteontem sua publicação nesta cidade um “periódico literário, instrutivo e abolicionista”, redigido pelos Sr.s José Pedro Furst e Manoel Martiniano Ferreira Ozzori, moços que louvavelmente consagram ao estudo o tempo que lhes sobeja dos trabalhos quotidianos.

Neste número-estréia, o Trabalho já revela a inteligência e bons sentimentos de seus jovens redatores, que mostram-se adesos às boas idéias que o amor das letras e da liberdade desperta, e que o espírito religioso soe gerar iluminando nobres tentativas, que a experiência e o estudo saberão dirigir por bom caminho.

Não temos senão palavras de simpatia e de animação para o novo periódico ouropretano, ao qual desejamos sinceramente toda a sorte de prosperidades.

“Quem trabalha reza”, diz um provérbio oriental, que não faz mais do que sintetizar numa frase magnífica a grande e fecunda lei imposta à humanidade pelo Supremo Legislador.

Seja, pois, o – Trabalho – não só o título mas também a divisa efetiva dos moços que hasteiam modestamente esse lábaro promissor nas oficinas da imprensa.³⁸

Podemos observar claramente não apenas a existência de um diálogo entre os jornais, mas a forma como estes de fato serviam como palco para a disputa pelo poder simbólico. O redator do *A Província de Minas* se lança com tudo na disputa pela “legitimidade das palavras” frente aos seus colegas. Lançando mão de sua autoridade de experiente jornalista e militante do partido conservador, Xavier da Veiga aproveita o ensejo para realizar seu primeiro movimento no “jogo da retórica”, ditando aos periódicos abolicionistas as regras que eles deveriam seguir em sua labuta. Ao mesmo tempo, o jornalista constrói a notícia na tentativa de cristalizar diante do público leitor sua visão conservadora daquilo que deveria ser a “transição” para o trabalho livre: um processo que deveria levar em conta a preocupação com a “razão nacional”, com a preservação da ordem pública, o respeito às leis, e, sobretudo, ao “sagrado” direito de propriedade. Mas a disputa pela “autoridade” das palavras se desenrolaria também dentro dos próprios jornais abolicionistas.

No *A Vela do Jangadeiro* é possível observar de forma mais clara as discussões lançadas por seus redatores e colaboradores em torno da abolição, e, inclusive, as diferentes interpretações que construíram. No editorial da edição de número 07, publicada em 13 de julho de 1884, os redatores se referiram à importância da imprensa abolicionista, destacando a forma como “cada vez se acentua mais brilhante o efeito da propaganda abolicionista”.³⁹ Samuel Brandão e Affonso de Britto comemoravam o avanço da campanha abolicionista que “dos clubes saiu para as praças públicas e das tribunas saiu para a imprensa”, e que naquela altura já havia conseguido libertar todos os escravos do Ceará, Amazonas e estava prestes a conseguir o mesmo no Rio Grande do Sul.

Para os redatores, a “santa evolução” do abolicionismo, que já havia se tornado tema obrigatório de todas as discussões da câmara dos deputados e do senado, não poderia parar diante “da grita dos que a tudo se opõe”, intensificando a agitação pública. Contudo, os redatores, que também eram professores do Liceu Mineiro, sublinharam que não incitavam nenhum tipo de desordem, pelo contrário, pretendiam uma transição pacífica para o trabalho livre, inclusive indenizando os senhores:

³⁷ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 26 de abril de 1884. SIA-APM.

³⁸ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 04 de janeiro de 1883. SIA-APM.

³⁹ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

Nas dobras do abolicionismo se envolvem de uma parte todo o futuro do país e de outros grandes perigos que procuramos conjurar, nós, abolicionistas, acoados de anarquistas e petroleiros, e que, entretanto, libertamos os escravos pagando os senhores; que conseguimos despertar e interessar o país na solução de uma questão de humanidade, e de melhoramento moral e material; e que sob a gloriosa - Vela do Jangadeiro - fazemos uma evolução científica, uma revolução pacífica na opinião do país, para quem apelamos confiadamente.⁴⁰

No mesmo número em que os redatores argumentavam a favor de uma “revolução pacífica”, o colega Manoel Ozzori, redator do *O Trabalho*, publicou um artigo cujo título era “A escravidão é um crime - Trabalhem”, e que, ao que parece, era o terceiro de uma série intitulada “Escravidão e Abolicionismo”.⁴¹ Ozzori assumia logo no título de seu artigo um lema bem parecido com o adotado pela Confederação Abolicionista (“A escravidão é um roubo”), fundada no ano anterior, argumentando que todos os princípios da “filosofia político-religiosa dos modernos tempos” e as próprias lições transmitidas pela história apontavam para a ilegalidade da escravidão. Ozzori argumentou ainda que a permanência do escravismo impedia o adiantamento social e o progresso que poderiam ser gerados pelo trabalho livre, o que para ele também configuraria em crime. Em outro artigo publicado na edição do dia 07 de setembro de 1884, Manoel Ozzori subiu um pouco o tom de sua argumentação.⁴²

No artigo intitulado “A propriedade escrava”, Ozzori continuou atacando a legalidade da escravidão, afirmando que aquela era “uma instituição condenada por todos os homens de sentimentos nobres, por toda a filosofia possível e pela própria ciência econômica”, defendida apenas pela “legião negreira” que insistia em argumentar sua legalidade “na imprensa que se vende e nas desmoralizadas tribunas do parlamento e assembléias provinciais”. Para o abolicionista, as alegações de que a abolição seria um “assalto a uma propriedade legítima” era um absurdo só sustentado por “cegos de vontade”, “miseráveis escravocratas e emancipadores hipócritas”.

Manoel Ozzori argumentava que não havia como sustentar a legalidade de um crime cometido por monstros, “filhos cobiçosos de Portugal”, que haviam acorrentado e vendido homens livres na África para satisfazer “a sede do vil ouro” que contaminava a Terra de Santa Cruz. E continuava atacando: “O miserável que os vendeu tinha o direito de fazê-lo? Não tinha e é um ladrão porque, como também não se contesta, é ladrão quem vende o que lhe não pertence”.⁴³

A desculpa muitas vezes apresentada de que a escravidão era um erro cometido pelos

antepassados não justificava de forma alguma sua persistência. Para Manoel Ozzori, quem comprou algo que sabia não pertencer ao vendedor foi conivente com o roubo, e comprando o que não devia e nem podia comprar, era conseqüentemente um ladrão. Além disso, mesmo que o crime tivesse sido cometido há dois mil anos, seriam os descendentes das vítimas do referido delito eternamente livres. Por fim, o abolicionista fecha seu artigo com um ar ameaçador:

Quando constituíeis essa falsa propriedade devíeis pensar que um dia os homens de bem reclamariam os direitos de seus semelhantes, indignamente menosprezados.

É o que acontece.

Resistes?

É porque desejas a revolução.

Manoel Ozzori.

Ouro Preto, 5 de setembro de 1884.⁴⁴

A resistência escravista é ameaçada com uma revolução! Ao contrário de seus colegas redatores do *A Vela do Jangadeiro*, Manoel Ozzori demonstra afinidade com o discurso das alas mais radicais do abolicionismo.

Conclusões ou pistas para elas

José do Patrocínio criou o *Cidade do Rio* vislumbrando escrever um jornal moderno, “que reunisse ao mesmo tempo as aspirações do povo e os desejos da inteligência e da mocidade do tempo, uma folha de vibração e de construção, com vasto noticiário e páginas de apreciável colaboração intelectual.”⁴⁵ A alma do jornal era a defesa da abolição imediata e sem indenização. E é aí que está sua modernidade, no sentido de “*atual, o que está na moda*”. O abolicionismo, nos anos 1880, ganhava maior projeção com a ampliação do debate nas ruas, nas festas, comícios e *meetings*. O jornal foi reconhecido na Corte como um combatente contra a escravidão.

A famosa frase atribuída a Patrocínio, “a escravidão é um roubo [e] todo dono de escravo é um ladrão”,⁴⁶ evidencia o seu posicionamento frente à ilegalidade da escravidão, uma vez que considerava a maioria dos trabalhadores escravos fruto da pirataria, ou seja, entraram no Brasil após a proibição do tráfico transatlântico de escravos, instituída pelas leis de 1831 e 1850, e dessa forma deveriam ser chamados de escravizados.⁴⁷ O debate da ilegalidade se fez com mais força com a assinatura da Lei Áurea, que desconsiderou a possibilidade de indenização aos senhores. A indenização foi discutida no Parlamento e na imprensa, e Patrocínio e o jornal *Cidade do Rio* não ficaram longe dos debates.

No dia 20 de junho, um dia após a apresentação do projeto de indenização no Parlamento pelo

⁴⁰ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

⁴¹ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

⁴² A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

⁴³ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

⁴⁴ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

⁴⁵ ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1953, p. 132.

⁴⁶ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, p. 42.

⁴⁷ Sobre as leis de proibição ao tráfico e sua utilização como argumento para a libertação dos escravos veja em: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*; AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: Lutas e Abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003; COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*.

Barão de Cotegipe, o jornal Cidade do Rio publicou um artigo repudiando este projeto, uma vez que a Constituição vigente, de 1824, “em nenhuma parte definia a propriedade servil, nem de leve a reconheceu”.⁴⁸ Assim, o que “é a indenização? O reconhecimento do valor venal do escravo; mas não pode ter valor venal o que não é objeto de comércio; e fica fora de duvida que a indenização é inconstitucional”.⁴⁹

Neste caso, o posicionamento de Patrocínio se assemelha muito ao do redator do jornal ouropretano *A Vela do Jangadeiro*, Manoel Ozzori. Um colaborador que assinou seu artigo como “*O amigo Incognitus*” denunciava, assim como Manoel Ozzori, a ilegalidade da escravidão.⁵⁰ Para o incógnito abolicionista, o descumprimento da lei de 1831 era a prova cabal de que a escravidão no Brasil não passava de um crime. A culpa de “tão afrontoso desacato da lei, tão criminoso atentado, praticado à luz do dia” seria do próprio governo brasileiro que agiu durante anos com negligência. Já outro colaborador anônimo, identificado apenas pela abreviatura J.S., defendia claramente em seu artigo a abolição imediata. O inominado J.S. argumentava que estavam redondamente enganados aqueles que acreditavam ser a abolição imediata apenas um ato humanitário e filantrópico.

Na verdade, o fim imediato da escravidão era nada mais que o ponto final de uma grave ofensa ao “direito natural, axiomático, incontestável e incontestado, o direito da liberdade individual”.⁵¹ Segundo ele, se os senhores escravistas colocassem acima de seus interesses a própria consciência, zelando finalmente por sua honra, iriam perceber todas as vantagens geradas pela abolição imediata, que, inclusive, seria moralmente mais vantajosa para eles do que para seus escravos. Para o articulista, não havia dinheiro que compensasse a ruína moral provocada pela escravidão, e qualquer prejuízo econômico que a abolição imediata poderia gerar não seria maior do que a ofensa ao caráter e à dignidade do homem.⁵²

Francisco Goulart Horta também usou as páginas do *A Vela do Jangadeiro* para demonstrar o quanto estava indignado por ainda ser a pátria refém “da mais bárbara, da mais imunda, da mais corrupta das instituições!”.⁵³ Francisco que, ao que parece, escrevia de alguma localidade ligada ao cultivo do café, lamentava o pouco que podia fazer em uma terra de “corações tão duros quanto a raiz do cafeeiro”, onde “não concebe outro meio de cultivar a não ser com o suor do pobre escravo – [...], morto pelo cansaço, esfomeado e lacerado pelo azorrague!”.⁵⁴ Mesmo diante de tais adversidades, Francisco mantinha “ardentes desejos” de ver uma transição rápida do trabalho escravo para o livre, prometendo lutar por seu ideal enquanto tivesse um “sopro de vida”.

O articulista demonstrava sua indignação contra a aristocracia de “*Lord Landes*” que não tinham pudor em esmagar a religião e a pátria, contanto que pudessem contemplar “das douradas janelas de seus palacetes” as dezenas de seres humanos que insistiam em chamar de sua propriedade. Francisco Horta denunciava ainda que em sua freguesia existia um grande número de homens livres reduzidos à escravidão, uns comprados com matrículas falsificadas e outros que eram africanos trazidos ao Brasil depois da lei de 1831. Segundo Francisco, os pretensos senhores de sua freguesia contavam com a conivência de juízes que não admitiam nenhuma petição no sentido de libertar os escravos, “isto é de os restituir à liberdade”.⁵⁵

Nas páginas do mesmo jornal os militantes abolicionistas disputavam a “legitimidade das palavras” de forma aberta e franca. Fica clara a falta de um consenso sobre qual deveria ser o projeto de abolição mais indicado ou qual seria o *modus operandi* de suas ações cotidianas. Outrossim, chama atenção a forma como o *A Vela do Jangadeiro* se apresentou como um espaço democrático, capaz de comportar opiniões tão diversas e quase opostas.

Consenso sobre a forma como deveria ser a luta contra a escravidão era algo que não existia no movimento abolicionista, seja na Corte ou em Ouro Preto. Poderíamos dizer que nestas cidades conviveram diferentes abolicionismos, uma variedade de leituras da realidade e da luta pela abolição. Nas páginas dos jornais abolicionistas os militantes divergiam sobre qual caminho seguir até o fim da escravidão. Já na reta final da luta pela liberdade, essas mesmas divergências saltaram das páginas dos jornais diretamente para as ruas de todo Império, onde a prudência parece muitas vezes ter sido vencida pela radicalidade.

48 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1888. Biblioteca Nacional.

49 CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1888. Biblioteca Nacional.

50 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. Biblioteca Nacional.

51 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 24 de agosto de 1884. SIA-APM.

52 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 24 de agosto de 1884. SIA-APM.

53 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1884. SIA-APM.

54 A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1884. SIA-APM.